CONTRIBUTOS FNSTFPS

As dificuldades:

Já antes da COVID 19

O processo de Municipalização que em nada contribui para a universalidade da Escola Inclusiva, se uns municípios têm meios e optam por apostar na inclusão e na Escola Pública de qualidade, outros há, que não têm meios ou/e não têm tanta vontade em trabalhar para uma escola inclusiva, portanto os alunos com necessidade de medidas de apoio e suas famílias passam a estar, em certa medida, dependentes da sorte ou azar de viverem e estudar neste ou noutro concelho;
A eterna **falta de trabalhadores não docentes**, a **precariedade** dos vínculos de muitos destes trabalhadores e a **falta de formação** (Assistentes Operacionais) e a **valorização da carreira** destes trabalhadores;

No contexto COVID 19

Escolas que não conseguiram ou tiveram muita dificuldade em contactar pais, encarregados de educação de alunos com necessidade de medidas de apoio, felizmente que não foram a maioria. Em alguns casos, as escolas tiveram que reportar à CPCJ;
A falta de meios para o ensino e apoio à distância: falta de computador, de internet, de ambiente familiar propicio ou a falta de familiar para o apoio, necessário e imprescindível, em casa foi dramático, estas crianças e adolescentes ficaram "abandonados";
Alunos que já tinham dificuldades de mobilidade, com o confinamento e com a ausência das terapias feitas pelos técnicos, **apresentam agora mais dificuldades**;
Alunos que têm problemas psicológicos, sem o apoio dos psicólogos e do convívio presencial, **tenderam a piorar;**

No entanto também há casos muito positivos que se devem ao esforço, imaginação e entrega dos vários profissionais (professores, técnicos especializados da educação, assistentes operacionais e famílias), por exemplo, no agrupamento Leça da Palmeira, a equipa multidisciplinar reunia (online) com os encarregados de educação, fizeram um plano de trabalho, informaram dos materiais adequados a usar, estabeleceram um horário para as variadas sessões e terapias, ou seja deram aos pais, as ferramentas necessárias e as estratégias a adotar para trabalharem com os filhos. A maioria destas crianças e adolescentes não têm autonomia e o apoio e acompanhamento dos pais é fundamental,
Ainda neste agrupamento, a psicóloga criou, um grupo de pais que trocavam experiências, partilhavam problemas, entreajudavam-se com a mediação desta profissional, assim como encontrou uma forma dos alunos, que se disponibilizaram, conviver "virtualmente" com os colegas de turma, que recebiam medidas de apoio, amenizando, em certa medida, a falta do convívio presencial;
Uma assistente Operacional do Agrupamento de Lavra – Matosinhos que todos os dias fazia vídeo chamada para o aluno que acompanha na escola e falava, telefonicamente, com a mãe do menino, ajudando desta forma a que não se sentissem sozinhos.

Novo ano lectivo

Defendemos e desejamos que o novo ano lectivo se inicie com o regime presencial para todos os alunos. Há uma orientação do Ministério da Educação, que refere que mesmo que não haja regime presencial para todos os alunos, os das antigas unidades devem frequentar a

escola. Apesar de compreendermos que estes alunos precisam, ainda mais, das aulas e apoio presencial do que a maioria dos outros, não conseguimos entender como se admite proteger todos, menos aqueles que não podem usar máscara, que não cumprirão com o distanciamento social e que se vierem a ser infetados correm sérios riscos visto que parte deles têm um quadro de saúde complicado, que os coloca no grupo de risco. Portanto o Estado, através do Ministério da Educação tem a obrigação de criar condições de segurança para toda a comunidade educativa frequentar as escolas.

Nossas Propostas

Redução do número de alunos por turma, esta medida é fundamental para que possa haver aulas presenciais, não pode ser vista como um custo mas sim como um investimento;

Contratação de trabalhadores não docentes: assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos especializados, para necessidades permanentes com contrato por tempo indeterminado ;

Contratação dos trabalhadores necessários para as exigências atuais, devido à pandemia, são precisos muitos mais assistentes operacionais para a higienização/desinfecção dos espaços e equipamentos escolares e para ajudar os alunos a cumprir as regras de distanciamento, de uso de máscara, de desinfecção das mãos e da etiqueta respiratória, são necessários mais técnicos especializados visto que número de alunos a precisar de apoio aumentou drasticamente;

Articulação com o SNS – Centros de Saúde, **nomeadamente com as equipas de enfermagem**, **para aplicação de injectáveis, alimentação por sonda** e outras especificidades que os alunos necessitam e que, em muitos casos, são pedidos/exigidos aos assistentes operacionais que não detêm formação para isso, colocando em risco os alunos e até a sua situação laboral; **mas também agora**, em tempos de pandemia, na preparação do ano lectivo, seria bastante útil **formação por parte dos profissionais de saúde aos profissionais da educação;**

Saudamos a alteração da legislação, da escola inclusiva, mas não chega. Os meios que estão ao dispor das escolas não são suficientes para abranger todos os alunos que necessitam de medidas de apoio na aprendizagem, concordamos com o facto de as unidades terem acabado, muitas vezes eram como que um depósito de alunos com necessidades especiais, mas a mudança não pode ser só no nome, tem que ser na prática e acreditamos que ajudaria nisto, **a criação de escolas de referencia para a multideficiência e autismo**, à semelhança das dos surdos e cegos e baixa visão, **devidamente equipadas, com os trabalhadores em quantidade e com formação necessária;**

Deve haver intervenção das equipas multidisciplinares desde do pré-escolar, medida que, em muito, contribuiria para o sucesso de muitos alunos, é uma questão de prevenir e não de remediar;

O ensino e o apoio à distância veio provar, o que sempre, nós e os técnicos especializados, defendemos ou seja **os técnicos não trabalham só com os alunos mas devem trabalhar em equipa, com as famílias dos alunos e com os profissionais das escolas**, conforme os exemplos que demos. **Não compreendemos a existência de uma tabela** que as escolas têm que preencher, que o que conta **e que interessa é o número de minutos que cada técnico gasta para cada aluno**, este trabalho não pode ser medido desta forma, **tem que haver flexibilidade para as equipas e escolas atuarem conforme os casos.**

Termino, agradecendo o empenho dos Senhores Deputados pela causa “Escola Inclusiva” e reafirmando a disponibilidade da Federação Nacional de Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais.

Atentamente,
Lurdes Ribeiro

Dirigente Sindical
Rua Vasco de Lobeira, 47
4249-009 PORTO

22 557 40 60 22 550 72 57 lurdesribeiro@stfpsn.pt